

# FONETICISTAS VS. SEMANTICISTAS: UMA INTRODUÇÃO À BATALHA NO OCIDENTE PELA ESCRITA CHINESA NO SÉCULO XX

Cristiano M. de Barros Barreto\*

**Resumo:** *O presente artigo apresenta uma breve história das ideias no ocidente ao longo do século XX sobre a escrita chinesa por meio do debate muitas vezes acalorado entre seus principais protagonistas. Aderindo ao historicismo moderado de Sylvain Auroux (2004), seguimos como fio condutor as discussões sobre a natureza da representação na escrita chinesa: semântica ou fonética. Mostramos que as raízes desta disputa remontam a questões surgidas no início da redescoberta da China na Europa no século XVII e desenvolveram-se no contexto do pensamento ocidental sobre a escrita e sua relação com a oralidade, marcando os discursos acadêmicos sobre o chinês até os dias de hoje. A condição precária da escrita na história das ideias linguísticas revela-se evidente e a escrita chinesa desempenhou e ainda desempenha um papel fundamental nesta disputa, cujo desfecho ainda está longe de convocar uma unanimidade.*

**Abstract:** *This article presents a brief history of the ideas in the West during the twentieth century on the Chinese writing through the often heated debate between its main protagonists. Per Sylvain Auroux's (2004) moderate historicism, we follow as guidelines the arguments on the nature of the representation of the Chinese writing: semantic or phonetic. We show that the roots of this dispute go back to issues raised at the beginning of China's rediscovery by Europe in the seventeenth century and have developed in the context of the Western thought about writing and its relationship to orality, influencing the academic discourses on Chinese even as of today. The precarious status of writing in the history of the linguistic ideas is clearly revealed and the Chinese writing has played and still plays a key role in this dispute, the outcome of which remains far from reaching a unanimous agreement.*

## 1. Introdução

Aos olhos ocidentais, a escrita chinesa sempre exerceu um grande fascínio devido à sua beleza, complexidade e contraste quando comparada aos sistemas de escrita prevalentes no ocidente. Como veremos no presente artigo, além de seu apelo estético, os caracteres chineses também apresentam um fabuloso desafio àqueles que, no ocidente<sup>1</sup>, pensavam e pensam sobre a inserção da escrita na linguística e nas ideias sobre a linguagem.

Embora em uma visada superficial pareça ser formado por um conjunto desordenado de milhares de diferentes “figuras”, o sistema da escrita chinesa obedece regras estritas que organizam o espaço gráfico de seus componentes a partir de uma hierarquia de elementos: traços básicos, caracteres simples e caracteres compostos. Os *traços*, da ordem de uma dezena, são elementos gráficos simples, tais como pontos, traços horizontais ou verticais, linhas retas com um “gancho” na ponta, etc. Eles combinam-se em algumas centenas de *caracteres simples* que são distinguidos por: 1) não terem subcomponentes semântica ou foneticamente informados (ou seja, podem apenas ser decompostos nos próprios traços sem significado); e 2) carregarem seja um claro importe icônico, algum tipo de indicação semântica estilizada ou simbólica, e/ou uma informação convencional mais ou menos precisa acerca de sua pronúncia. Os caracteres simples então podem ser usados em pareamentos de dois ou mais, formando *caracteres compostos*, unidades gráficas que, por definição, são decomponíveis em caracteres simples (LI, 2009; ALLETON, 2010).

O interesse da própria China pela organização de sua escrita remonta, pelo menos, a seu primeiro dicionário formal, o *Ēryǎ* 爾雅, datado entre os séculos V e I a.C. (BOTTÉRO, 2011, p.41, AUROUX, 1995, p.435). Entretanto, o livro chinês mais influente para as representações da escrita chinesa em sua história foi, sem dúvida, o *Shuōwén Jiězì* 說文解字, compilado somente por volta de 123 d.C., que serviu de modelo para quase todos os futuros dicionários da China tradicional (BOTTÉRO e HARBSMEIER, 2008). O *Shuōwén* foi a primeira obra a propor uma classificação dos caracteres chineses dentro de categorias, nomeadamente: 1) *xiàngxín* 象形, pictogramas, lit. “aparece na forma”; 2) *zhǐshì* 指示, caracteres indicativos, lit. “indicar e mostrar”; 3) *huìyì* 會意, caracteres associativos, lit. “juntar

o significado”; 4) *xíngshēng* 形聲, caracteres formados por um radical de importe semântico e um elemento fonético, lit. “aparência e som”; 5) *zhuǎnzhù* 轉注, caracteres derivativos, lit. “mover e concentrar”; e 6) *jiǎjiè* 假借, caracteres emprestados, lit. “emprestar e tomar emprestado.” A grande maioria dos estudos chineses tradicionais sobre sua escrita tratou de adaptar e/ou criticar as categorias do *Shuōwén*. Além da proposição destas categorias, o dicionário tornou-se notório por ser o primeiro a ordenar os caracteres chineses de acordo com seus *radicais* (*bùshǒu* 部首, lit. “primeira parte”), um inventário de 540 componentes de caracteres – posteriormente esta lista diminuiu e o padrão atual mais disseminado conta com 214 radicais – cada um com uma alusão semântica. Quase todos os trabalhos lexicais tradicionais na China até a dinastia *Hàn* 漢 (206 a.C. – 220 d.C.) partiram de alguma seleção de radicais de base semântica como guias classificatórios. Com o início dos contatos com a Índia e a tradução dos textos budistas indianos para o chinês, o extenso conhecimento indiano sobre a fonologia afetou profundamente os autores chineses que passaram então a dividir suas obras lexicais entre dicionários baseados na classificação pelos radicais e aqueles classificados por rimas (sobre a fonologia chinesa, veja-se NORMAN, 1988, capítulo 2, WANG; SUN, 2015, parte 6). De qualquer forma, as glosas fonéticas tornaram-se prevalentes nos trabalhos lingüísticos na China, em particular após o desenvolvimento do método *fǎnqiè* 反切 desde o século II/III d.C. (WANG, 2005, p.46; O’NEILL, 2016, p.7; SCHUESSLER, 2009, p.5).

É importante destacar que a história da escrita chinesa apresentou uma notável estabilidade diacrônica a partir da dinastia *Qín* 秦 (221 a.C. - 206 a.C.). Naquela época, a escrita foi reformada durante a primeira unificação do estado chinês, segundo as ordens do imperador *Qín Shihuang* 秦始皇, motivado pelo desejo de cortar os laços da China com o seu passado e assim reforçar a legitimidade de seu império. O estilo padronizado posteriormente na dinastia *Hàn* baseou-se na reforma dos *Qín* e, desde então, os caracteres chineses mantiveram uma extraordinária constância estrutural – em contraste com sua extrema criatividade caligráfica. Uma consequência fundamental da reestruturação dos *Qín* para os estudos sobre a escrita chinesa no ocidente está ligada ao ponto de corte representado por este

momento, quando a grande irregularidade no uso dos caracteres anterior à reforma deu lugar a um sistema reorganizado artificialmente mais de mil anos após o aparecimento da escrita na China. Tal fato acabou tornando-se uma impressionante barreira que dificulta até hoje o deciframento dos textos pré-*Qín*, bem como fonte de confusão entre os processos organizacionais da escrita chinesa surgidos em sua origem – ou seja, sem um controle central – e as motivações centralizadoras dos *Qín* e *Hàn*.<sup>2</sup>

O presente artigo aborda a história moderna e contemporânea, a partir do século XX, dos pontos de vista ocidentais sobre a língua chinesa, focando-se na polêmica sobre a “verdadeira essência” de sua escrita nos debates entre sinólogos, linguistas e estudiosos culturais sobre a China. Trata-se do prosseguimento da história centenária das ideias europeias sobre a China, as quais se avolumaram a partir dos estudos missionários jesuítas no Extremo-Oriente no século XVII e que, portanto, carregaram a forte bagagem de um conhecimento há tempos construído e cristalizado no imaginário europeu. Seu desenvolvimento se ramificou em inúmeras áreas do conhecimento e seu tratamento aqui objetiva mostrar a historicidade dos questionamentos sobre o estatuto da escrita chinesa em relação ao chinês falado e, assim, oferecer insumos para uma discussão mais ampla sobre a articulação escrita / fala no contexto mais geral da linguística.

Nesta conjunção, seguindo a visão representacional da linguagem prevalente na história do ocidente – o signo linguístico significa ideias ou as coisas do mundo – os estudos linguísticos ocidentais em geral consideram a escrita como uma representação visível da fala sonora, uma subferramenta parasiticamente dependente de discurso falado. Esta abordagem aqui convencionou-se chamar de uma *teoria foneticista da escrita*, ou, de forma resumida, *foneticismo*. Em linhas bem gerais, a escrita é considerada teleologicamente avaliada na medida em que consegue, da maneira a mais transparente possível, representar por meio de seus sinais gráficos a pronúncia que é relevante à fala, esta sim objeto primário de interesse da linguística.<sup>3</sup>

Há um certo consenso, mesmo entre os partidários mais aguerridos do foneticismo, de que a escrita chinesa consiste no único sistema atualmente existente cujos caracteres têm algum grau de informação

semântica. Sobre qual exatamente seria este “grau” é que digladiam-se os sinólogos e, portanto, ela torna-se objeto de especial interesse para gramatologia ocidental<sup>4</sup> e um verdadeiro desafio para a teoria foneticista em suas vertentes radicais. A escrita chinesa pode em tese ser vista como potencial “cisne negro” teoricamente capaz de falsificar – ou pelo menos criar sérios problemas – para o foneticismo, habilitando uma *visão semanticista da escrita*, ou, abreviadamente, *semanticismo*.<sup>5</sup>

O debate sobre se os caracteres na China deveriam representar principalmente os sons da(s) língua(s) chinesa(s) ou mais diretamente o seu significado continua em aberto. Essa disputa passou por um momento de especial virulência no século XX, época fundamental para a linguística, que (re)nasceu como disciplina acadêmica nos moldes científicos ocidentais. Os conhecimentos europeus sobre a China anteriores ao século XX foram sendo cada vez mais tomados como pertencentes a um momento “pré-científico” portanto carecendo de rigor e padecendo de uma visão preconceituosa e mítica sobre a língua chinesa. Ao poucos, partidários da corrente foneticista propõem – ainda que de forma não explícita – o apagamento destes conhecimentos como uma fonte epistemologicamente válida sobre a China e sua língua.

Ao oferecer uma abordagem crítica desta história, o presente artigo adere ao partido teórico historicista moderado de Sylvain Auroux (2004). Desse modo, assume como pressuposto que o que se escreveu e se escreva no ocidente sobre a China carrega uma motivação ideológica e histórico-social particularmente relevante para a formação das representações ocidentais sobre a escrita chinesa na Europa e na consolidação de pontos de vistas e teses que se solidificaram na constituição de nosso senso comum. A alteridade do olho ocidental oferece, por um lado, a oportunidade de se pensar a cultura chinesa pela ótica do “estrangeiro” e, por outro lado, o ensejo de um vislumbre sobre os preconceitos etnocêntricos e eurocêntricos em suas ambições universalistas. Ao contrário do *cul-de-sac* opressor do relativismo extremo, acreditamos que o choque de visões de mundo nos dá a oportunidade de deslocar nossas tendências primordiais e convicções preconceituais e, assim, oferecer a possibilidade de alternativas à visão dominante e universalizante que

aos poucos – em particular no século XX – vem ocupando o trabalho dos principais sinólogos de nosso tempo.<sup>6</sup>

A presença da China de uma forma cada vez mais consistente e frequente nos estudos políticos, econômicos e culturais produzidos pela academia mundial tem gerado um aumento recente no ocidente do interesse em discussões teóricas sobre o sistema de escrita chinesa (ALLETON 1997, 2008; MAIR, 2002; GALAMBOS, 2006; BRANNER; FENG, 2011). Entretanto frequentemente trata-se de um olhar “menos para o seu desenvolvimento histórico do que uma crítica metadiscursiva de certos conceitos do sistema da escrita chinesa” (LURIE, 2006, p.251). O presente artigo, em contraste, favorece a perspectiva histórica, e assim desenha suas metas: 1) apresentar uma exposição cronológica dos principais debates sobre língua chinesa no ocidente no século XX em seu contexto de produção; 2) dar evidência da continuidade das perguntas e pressupostos teóricos que permaneceram subjacentes a essa discussão e que continuam presentes nos textos acadêmicos e; 3) mostrar como o século XX foi fundamental para que se consolidasse a predominância da abordagem que podemos chamar de “ocidental” na gramatologia e na categorização da escrita chinesa dentro dos moldes universalizantes prevalentes no Ocidente.<sup>7</sup>

## **2. Peter DuPonceau e a gestação do foneticismo chinês**

Desde a introdução dos caracteres chineses pelos missionários franciscanos e jesuítas na Europa ao final do século XVI os europeus ficaram fascinados pelos caracteres chineses (O'NEILL, 2016, p.1). Da história da representação desta escrita no imaginário dos estudiosos europeus participaram não somente os missionários que viveram na China, como também pensadores de renome tais como Francis Bacon, Athanasius Kircher, Gottfried Leibniz, G.W. Friedrich Hegel, Johann G. Herder e outros, além de poetas como Ezra Pound e Ernest Fenollosa (WAI-LIM, 1969; MUNGELLO, 1985; LEE, 1991; SAUSSY et al, 2008; O'NEILL, 2016). Ao longo do século XVIII e XIX os estudos sobre a China acabaram se dividindo entre o que MUNGELLO (2013, p.105) identificou como dois campos opostos. Por um lado, o trabalho de missionários e “proto-sinólogos” e seu conhecimento progressivamente mais profundo sobre a China, voltado para o desenvolvimento das gramáticas da língua falada. Por outro, os

“popularizadores,” motivados pela esperança de achar na China apoio para ideias e movimentos políticos e intelectuais na Europa e que mantiveram viva e pujante a atrativa ideia de uma escrita picto-ideográfica, tão bem adequada à atmosfera do orientalismo e *chinoiserie* em voga a partir do século XVIII (SAID, 1977). Tal separação, todavia, deve ser relativizada e vista mais como um guia heurístico, uma vez que a aceitação de alusões semânticas na escrita chinesa continuou a fazer parte dos estudos acadêmicos “sérios” sobre a China. Sinólogos influentes como Joseph de Prémare (1666-1736), Nicolas Fréret (1688-1749), Étienne Fourmont (1683-1745) e Joseph Hager (1757-1819) – a despeito de suas enormes diferenças teóricas sobre a língua chinesa – todos promoveram uma radical separação entre a fala e a escrita na China e consideraram que havia uma relação íntima entre a escrita e sua representação semântica. Mesmo o famoso sinólogo francês Abel Rémusat (1788-1832) que com seu principal livro *Elements de la grammaire chinoise* de 1822, “fundou a sinologia acadêmica moderna” (PORTER, 2001, p.73) e apresentou uma gramática bem estruturada do chinês – ainda que totalmente calcada nas categorias sintáticas da tradição latina – seguiu em grande parte seus predecessores ao explicar a escrita chinesa de forma muito semelhante ao que falaram outros autores antes dele:

Os chineses não têm letras propriamente ditas; os signos de sua escrita, tomados de forma geral, não expressam suas pronúncias, mas as ideias. A língua falada e a língua escrita são, portanto, bastante distintas e separadas: todavia cada palavra de uma responde ao signo da outra que representa a mesma ideia, e reciprocamente. (RÉMUSAT, 1822, p.1)

Vemos assim uma análise que, a despeito de um progressivo refinamento e sofisticação, permaneceu em seus princípios muito semelhante às primeiras ideias sobre a escrita chinesa trazidas à Europa pelos missionários jesuítas no século XVII.<sup>8</sup> Esta visão preponderantemente semanticista da escrita na China por sua vez estava profundamente calcada na influência do *Shuōwén* sobre a tradição chinesa de reflexões sobre sua própria escrita. Todavia, recorrentes decepções na Europa em encontrar uma forma de

sistematizar tal representação semântica insinuaram progressivamente a necessidade da procura por vias alternativas.

Embora o partido teórico deste texto recomende uma postura atenta contra o risco de outorgarmos a uma única obra a importância desmedida de um carácter inaugural, a publicação em 1838 do livro *A Dissertation on the Nature and Character of the Chinese System of Writing* de Peter DuPonceau (1760-1844) representou efetivamente um marco nos estudos sobre a escrita chinesa no ocidente (ALLETON, 1994, p.270). Para o autor os caracteres chineses são simples e essencialmente a representação das palavras chinesas (e, portanto, da fala), e assim a “modernidade” do trabalho do autor é marcada pelo rompimento com as especulações tradicionais sobre a escrita na China na sua relação direta com o suposto mundo das “ideias” (CHAO, 1940; DeFRANCIS, 1984, p.145).<sup>9</sup>

É sem dúvida notável que, na ausência de quaisquer dados detalhados concretos sobre a fonologia histórica sinítica, DuPonceau teria sido capaz de postular de forma tão incisiva uma ligação entre a escrita chinesa e sua fala. O autor portanto inaugurou a proposição dos argumentos que servirão posteriormente à abordagem foneticista moderna e não aceitou nem mesmo cogitar que a escrita fosse uma “linguagem”: “[me refiro à] língua chinesa, e eu quero dizer da maneira que ela é falada, porque eu não chamo a escrita de linguagem, exceto metaforicamente [...]” (DuPONCEAU, 1838, p.108). DuPonceau (pp. xvii-xx) analisou as seis categorias de caracteres do *Shuōwén* apenas para descartar cinco deles como irrelevantes e afirmar que apenas os *xíngshēng* 形聲, formados de um radical semântico e um elemento fonético, seriam aqueles legitimamente representativos para toda a escrita chinesa. Desta maneira, impôs a centralidade da representação fonética nos caracteres chineses. As ideias de DuPonceau foram fundamentais para orientar o trabalho do sueco Klas Bernhard Johannes Karlgren (1889-1978) e de outros sinólogos renomados como Yuen Ren Chao 趙元任 (1892-1982) em seus estudos sobre a fonologia chinesa ao longo do século XX.

Devemos olhar o texto de DuPonceau e seus seguidores dentro do contexto da evolução da história das ideias linguísticas neste período, em particular no que concerne à escrita. O século XIX foi particularmente marcado pelo pensamento evolucionista voltado às



línguas e à escrita e fortemente influenciado pela publicação em 1737 da obra *The Divine Legation of Moses* de William Warburton (1698-1779), uma das primeiras “histórias gerais da escrita”, que se tornarão tão comuns no século XIX. O autor partiu da premissa comum aos séculos XVII e XVIII de que a natureza humana seria sempre a mesma em qualquer tempo e lugar e que o processo de desenvolvimento da linguagem falada e escrita seria guiado pela “voz uniforme da natureza”. O livro de Warburton representou um marco na história das ideias sobre a escrita, sugerindo um curso natural evolutivo que culminaria na escrita alfabética, aquela mais racional e portanto presente nas nações mais avançadas da terra (HUDSON, 1994, p.59). Cada vez mais obras a partir do final do século XVIII e em todo século XIX defenderam as linhas gerais de Warburton; solidamente reforçadas pela nascente ciência da biologia evolutiva no século XIX e pelo deciframento bem-sucedido das escritas perdidas no oriente médio (HOOKER, 1990; AUROUX, 1995b, p.530; DANIELS e BRIGHT, 1996, parte 3; POPE, 1999). O deciframento dos hieróglifos (CHAMPOLLION, 1822, 1828) mostrou que a escrita egípcia antiga denotava tanto sons como ideias. Mais ainda, conclui Champollion, “foi provável que alguns caracteres representando sons sempre foram necessários em escritas ideográficas para denotar os nomes de monarcas e lugares” (HUDSON, 1994, p.89-90)<sup>10</sup>. A história dos estudos sobre a escrita será, principalmente após o século XIX, marcada pela tentativa do levantamento de dados históricos que apoiassem esse viés evolutivo e da demonstração da marca fonética como pressuposto central de qualquer tipo de escrita que tenha ultrapassado seus estágios iniciais. A escrita chinesa terá um papel protagonista nesta história.

### **3. Creel vs Boodberg e a primeira metade do século XX**

O movimento de consolidação do partido teórico que considera a fala como o objeto privilegiado de estudo da linguística e a escrita alfabética como aquela que melhor representa dos sons dessa fala tomou ímpeto na transição entre os séculos XIX e XX no contexto do nascimento da linguística como disciplina científica. Se o foneticismo será uma marca da linguística no século XX, o embate entre foneticistas e semanticistas sobre a questão da natureza da escrita

chinesa continuou a ocupar uma posição central nas discussões entre os sinólogos ao longo de todo o século.

Já vimos que a própria China também carrega uma longa história de especulações sobre a natureza de sua escrita e sobre a evolução de sua língua. Seguindo a influência quase onipresente do *Shuōwén*, os estudos de base semântica sempre estiveram presentes na análise lexical da tradição chinesa (WANG, 2005; BOTTÉRO, 2011; O'NEILL, 2016, caps. 12-15). Todavia, muito provavelmente inicialmente por influência indiana, os estudiosos e filólogos chineses desenvolveram estudos detalhados sobre as reconstituições do chinês à época de seus clássicos fundadores e que já não mais era falado. Entretanto sua atenção esteve quase sempre voltada à questão das rimas do chinês antigo e suas obras não foram organizadas sob a forma de estudos sistemáticos da fonologia histórica da língua ou de sistemas abstratos de classificação da fonologia histórica, tal como vinha sendo feito no ocidente (NORMAN, 1988, p.44; AUROUX, 1995, p.450; WANG; SUN, 2015, capítulos 5 e 6).

Foi um ocidental, Bernhard Karlgren, profundo conhecedor da língua chinesa, o responsável por esta sistematização nos moldes do ocidente (KARLGREN, [1940]1957). O trabalho de Karlgren, considerado por muitos como o primeiro a usar o método da linguística histórica aplicada ao chinês, revolucionou o conhecimento da fonologia histórica daquela língua (BAXTER e SAGART, 2014, p.2-3). Desta forma consolidou-se no mundo da sinologia a ideia deste momento fundador do conhecimento sobre a história da escrita e da fala na China: “O estudo científico dos dialetos chineses começou com o trabalho de Bernhard Karlgren e Y.R. Chao” (NORMAN, 1988, p.5).

Apesar de reconhecer a pertinência da natureza ideográfica da escrita chinesa (por exemplo, veja-se KARLGREN, [1923]2007, p.16), Karlgren apresentou reconstruções plausíveis e sistemáticas do chinês médio e antigo (que o sueco chamava de “arcaico”) que tornaram possível uma discussão diacrônica sobre a eficácia da representação fonética de seus caracteres e, portanto, em teoria, uma escala de avaliação sobre a “natureza” – se fundamentalmente semântica ou fonética – da escrita chinesa. Esta disputa se refletiu de uma maneira prototípica no famoso e acalorado debate entre dois conhecidos sinólogos americanos, Herrlee Creel e Peter Boodberg,

que se desenrolou principalmente na segunda metade da década de 1930.<sup>11</sup>

Herrlee Glessner Creel (1905-1994) foi um historiador cultural, sinólogo e divulgador de renome em sua época. Seu livro *The Birth of China* (1936), o primeiro relato detalhado sobre o significado das escavações arqueológicas em *Ānyáng* 安陽, rapidamente atraiu o interesse entre seus pares. Foi neste mesmo ano que um longo artigo de Creel intitulado *On the nature of Chinese ideography* iniciou mais um capítulo da história da controvérsia sobre a língua chinesa. A motivação de Creel foi o que ele chamou de uma “tendência ocidental” de pensar da escrita como representação do som:

[...] nós ocidentais chegamos a pensar, devido a um hábito de longa data, que qualquer método de escrita que consiste simplesmente na representação gráfica do pensamento, mas que não é primariamente um sistema para a notação gráfica dos sons, de alguma maneira falha nos objetivos previstos para a escrita, e não pode nem mesmo ser considerada escrita no sentido amplo da palavra. (CREEL, 1936, p.85)

Para Creel o evolucionismo e positivismo que marcaram o século XIX – como discutido acima – giraram de mãos dadas para outorgar uma posição hierarquicamente mais elevada à escrita alfabética – em outras palavras, à fonografia – dentro dos possíveis modos da escrita. O autor então chamou a atenção para a singularidade do sistema chinês e para a necessidade de um estudo sério sobre a ideografia chinesa (*Ibid.*, p.87). Como vimos, embora Karlgren tivesse aceito a “natureza ideográfica da escrita chinesa” em seus primeiros trabalhos, em sua pesquisa o sueco acabou privilegiando o aspecto da representação fonética da escrita chinesa. Creel criticou o que julgou ser a predileção dos sinólogos tais como Karlgren pelos métodos linguísticos ocidentais em detrimento do conhecimento tradicional chinês. Ele observou, por exemplo, a ambição da fonologia ocidental em “desbloquear todas as portas” (*Ibid.*, p.87) e então inevitavelmente se decepcionar quando percebe que “os chineses consideraram o som das palavras [chinesas] como tendo muito pouca importância” (*Ibidem*).

O algoz de Creel, Peter Alexis Boodberg (1903-1972), foi um sinólogo russo-americano que ensinou na Universidade da Califórnia em Berkeley, onde obteve seu PhD em Línguas Orientais em 1930, tornando-se professor titular em 1948 chegando, em 1963, ao cargo de presidente da prestigiosa *American Oriental Society*. Boodberg teve uma educação mais formal em linguística do que Creel e seguiu uma linha mais técnica de argumento no imensamente influente texto editado um ano após o artigo de Creel, 1937, intitulado *Some Proleptical Remarks on the Evolution of Archaic Chinese*. Boodberg não apenas ofereceu o esboço de uma teoria da representação pela escrita, mas também analisou muitos caracteres que tradicionalmente eram avaliados em termos de sua representação semântica, reinterpretados com uma motivação fonética, de acordo com as reconstruções de Karlgren adicionadas àquelas do próprio Boodberg (BOODBERG, 1937, p.337). Sua formação e métodos serão muito influentes e similares aos trabalhos subsequentes de sinólogos-linguistas que seguirão seus passos. Como LURIE (2006, p.254) escreve: “um quadro disciplinar muito mais claro está aparente neste artigo [de Boodberg]”.

Boodberg criticou a atenção excessiva dada à natureza iconográfica dos caracteres chineses que, em sua opinião, obscurecia o entendimento correto da língua (falada): “o estudo do tecido livre da Palavra foi quase que completamente negligenciado em favor daquele sobre o revestimento gráfico que o cerca” (BOODBERG, 1937, p.329).

O longo artigo de Boodberg gerou uma resposta de Creel em novo trabalho com quase 30 páginas publicado na mesma revista *T'oung Pao* em 1939 intitulado *On the Ideographic Element in Ancient Chinese*. Neste novo trabalho Creel insistiu na marcante diferença entre a escrita e a fala: “E geralmente reconhecido que, devido à pobreza fonética do chinês contemporâneo, os textos literários não são inteligíveis quando lidos em voz alta” (*Ibid.*, p.266). Por outro lado, o autor também reconheceu que

é defensável, todavia, que o sistema fonético do chinês antigo ou arcaico era talvez menos limitado do que do chinês contemporâneo, de modo que a indispensabilidade da escrita

ideográfica possa ter sido menos significante. (CREEL, 1937, p.266)

Ainda assim, para Creel, mesmo no chinês arcaico, portanto anterior às reformas ortográficas dos *Qín*, o som da fala não tinha representatividade expressiva na sua escrita, como evidenciado pela ausência de uma mínima relação entre a representação dos sons e dos significados nos caracteres chineses. Assim, o chinês literário arcaico seria, na leitura de Creel, ininteligível caso a escrita fosse um mero sistema de transcrição fonética e portanto o apoio da “ideografia” teria sido sempre absolutamente imprescindível.

Como no primeiro artigo, o novo texto de Creel foi novamente seguido agora pela tréplica de Boodberg em 1940, também na mesma revista, com o título *'Ideography' or Iconolatry?* Boodberg novamente recorre às suas detalhadas e complexas análises fono-etimológicas com o objetivo de falsificar as teses com viés semanticista de Creel. Mais relevante para os fins do presente artigo é a maneira como Boodberg já inicia seu texto, simplesmente desautorizando o próprio termo “ideografia” que, para ele, é desprovido de sentido:

Um dos objetivos principais do meu artigo não era, como o professor Creel imaginou, combater a ‘ideografia’ (até porque eu estou aberto ao tema, especialmente uma vez que não sei que raios que ‘ideografia’ significa concretamente), mas protestar contra o uso não crítico (loose) do termo vago “ideograma”, seja lá o que ele signifique. (BOODBERG, 1940, p.268)

Nesta afirmação Boodberg deixa bem claro – em sua retórica bastante irônica – a identificação do termo “ideografia” com algo “mal definido”, com um certo “ar mítico,” incapaz de referir-se a qualquer sistema de escrita.

Podemos destacar as linhas gerais do contraste entre os dois autores:<sup>12</sup>

1) Para Creel a escrita chinesa é fundamentalmente ideográfica – representação de ideias ou conceitos – em sua natureza, ao passo que Boodberg a vê como fonética. A argumentação dos dois autores, conquanto que altamente técnica, especialmente em Boodberg, serve como justificativa deste pressuposto inicial fundamental.

2) Creel chamou a atenção para as particularidades das fases evolutivas da escrita chinesa, enquanto Boodberg propôs que toda escrita logográfica – cujos sinais gráficos representariam palavras e não sons – deveriam passar pelo mesmo tipo de estágios de desenvolvimento, e portanto delimitam etapas semelhantes no progresso comum a todas os sistemas de escrita já inventados pelo ser humano.

3) Enquanto Creel considerou que a categoria dos chamados *compostos semânticos* nos caracteres chineses<sup>13</sup> seria a solução que em última instância teria salvo sua escrita de sucumbir à total fonetização, Boodberg rejeitou totalmente o próprio conceito de compostos semânticos, interpretando-os como “cripto-compostos” fonético-semânticos, cujo valor fonético simplesmente não estaria sendo percebido ou então teria sido perdido após os séculos da diacronia da escrita e da fala chinesas. Para Boodberg é anátema em qualquer sistema de escrita plenamente desenvolvido um grafema que não represente uma leitura fonética.

Lurie (2006) vê nas ideias de Boodberg o alinhamento com o estabelecimento no século XX da nascente disciplina acadêmica da sinologia, o que tornou sua influência sobre futuros autores ocidentais (e mesmo chineses) muito mais relevante do que aquela de Creel, hoje um autor cujo interesse é quase restrito aos historiadores do pensamento europeu sobre a China. Adicionalmente, proponho aqui que a aceitação das teses de Boodberg também esteja ligada à consolidação da noção de que a escrita é ferramenta auxiliar da fala, da qual ela tem somente uma existência parasítica. Este movimento situa-se no contexto da evolução histórica dos estudos sobre a escrita, tal como citado acima, e ajuda a explicar porque encontramos o contraste tão pronunciado entre os trabalhos escritos em meados do século XIX – quando autores como Du Ponceau e Callery foram exceções na luta contra o “preconceito sobre a representação fonética da escrita chinesa” – e cerca de cem anos depois – quando vemos Creel combatendo preconceitos exatamente opostos e o foneticismo passou a representar a visão prevalente na sinologia. Mesmo que tomando o cuidado em evitar uma simplificação e reducionismo exagerados neste complexo desenvolvimento histórico, podemos propor alguns fatores que teriam estado entre os mais marcantes e

influentes na história do conhecimento sobre a escrita chinesa entre 1850 e 1950 e que impulsionaram o foneticismo:

- A publicação da *Origem das Espécies* por Charles Darwin em 1859 e a consolidação da biologia evolucionária com nova disciplina científica e seu enorme impacto nas ideias sobre a linguagem, privilegiando a fala e a escrita fonográfica como estágios mais eficientes e avançados de escrita (veja-se HARRIS e TAYLOR, 1997, cap. 14; MORPURGO DAVIES, 2014, p.291-3 sobre teorias da evolução e a linguística).
- O sucesso dos empreendimentos do deciframento de escritas ainda desconhecidas no Oriente Médio a partir dos estudos de Jean-Jacques Barthélemy (1716-1795) na década de 1750, e que tomaram força em particular com o trabalho de Young e Champollion sobre a escrita egípcia na década de 1820, comprovando a importância da indicação fonética em todos os sistemas envolvidos.
- O desenvolvimento da sinologia como disciplina autônoma e sua tentativa de consolidar-se no bojo de uma linguística também nascente. Em particular, a influente revista *T'oung Pao* (onde Creel e Boodberg escreveram) foi fundada em 1890, servindo como fórum autoritativo para discussões acadêmicas sobre a China.
- O “surgimento” da linguística histórico-comparativa, tradicionalmente associado ao famoso discurso de William Jones (1746-1794) na Sociedade Asiática de 1786 e seus métodos sistematizados por Rasmus Rask (1787-1832), Jacob Grimm (1785-1863) e Franz Bopp (1791-1867) (MORPURGO DAVIES, 2014, capítulo 6; AUROUX, 2000, capítulo 3). As reconstruções de Karlgren baseadas no método comparativo ofereceram uma maneira explícita e sistemática para a verificação da representação fonética da escrita chinesa (a despeito de suas limitações e problemas de circularidade).
- O esforço para a consolidação da gramatologia, o estudo “científico” autônomo específico sobre a escrita, desde os trabalhos fundadores de Ballhorn (1861), Taylor (1883) e mais especificamente, I.G. Gelb (1952).<sup>14</sup>

Creel focou sua atenção sobre a singularidade da escrita chinesa e reconheceu o valor epistemológico dos saberes chineses tradicionais, desta forma criticando a ambição ocidental em tentar descrever todos os sistemas de escrita a partir de um único modelo universal, construído sobre uma metalinguagem e modelos científicos desenvolvidos no ocidente. O autor favoreceu uma separação importante do ponto de vista estrutural, epistemológico e funcional entre a escrita e a fala. Em contraste, Boodberg chega a oferecer uma “teoria da escrita”, em próxima comunhão com propostas futuras de uma “ciência da gramatologia” por GELB (1952), DIRINGER (1962), DANIELS e BRIGHT (1996) e outros. Segundo essa teoria, os sistemas de escrita seguiriam um caminho único e universal que tem como ponto de partida o mecanismo do *rébus*. O *rébus*, um princípio fonético, constitui-se da utilização do mesmo significante gráfico (ou grafema) como parte (ou totalidade) de outra palavra, porém retendo seu valor fonético. Desta forma as unidades gráficas da escrita mantêm sua identidade fonética mesmo quando usadas em diferentes palavras – ou seja, diferentes unidades de significação. Para os novos teóricos da gramatologia, sistemas notacionais que não se utilizariam de algum tipo de relação estável entre grafemas e valores fonéticos, ou seja, que precederam o uso do *rébus*, representam um fardo cognitivo demasiado sobre seus usuários, limitando dramaticamente sua capacidade expressiva. Por estes motivos, deveriam ser categorizados como “proto-escrita” (HARRIS, 1986; OLSON, 1993; BARROS BARRETO, 2011).

O caso da escrita chinesa é particular, porque, qualquer que tenha sido sua evolução diacrônica, indiscutivelmente foram mantidos sinais gráficos com alusão semântica e esta ligação frequentou e frequenta estudos clássicos chineses sobre sua escrita, manuais de aprendizado de chinês e textos teóricos contemporâneos. Para Boodberg, os indicadores/radicais semânticos nos caracteres chineses teriam sido adicionados em um momento posterior à criação dos caracteres como uma forma de evitar o descontrole polissêmico nos caracteres chineses com seu uso multiplicado pelo *rébus*, possibilitando assim um imenso alargamento lexical através de uma escrita mais sistemática e formada predominantemente por compostos semânticos-fonéticos. Isso não significa que Boodberg conteste a origem pictográfica dos caracteres



chineses em suas versões mais primitivas. O que o autor argumenta é que esta característica só é válida em seus momentos mais incipientes, antes que a escrita torne-se plenamente funcional e deixe de ser uma “proto-escrita” (BOODBERG, 1937, p.333-336).

O trabalho de Boodberg teve ampla acolhida entre os sinólogos a partir da década de 1940. É em sua *alma mater*, a Universidade de Berkeley, que trabalhou entre 1947 e 1963 um dos sinólogos mais importantes do século XX, já citado aqui, Yuen Ren Chao. Chao, em um artigo de 1940, *A Note on an Early Logographic Theory of Chinese Writing*, teceu louvores e deu apoio veemente à posição teórica de Boodberg. Pouco mais de dez anos depois, em 1951, outro autor influente, George Alexander Kennedy (1901-1960), baseado em Yale, escreveu um artigo intitulado *The Monosyllabic Myth* na revista publicada pela *American Oriental Society*, em que basicamente reafirmou as teses de Boodberg e Chao. Assim consolidou-se nos Estados Unidos, um dos principais centros da sinologia moderna, a teoria foneticista sobre a escrita chinesa.

#### 4.O foneticismo moderno

O livro de divulgação do conhecido sinólogo John DeFrancis (1911-2009) *The Chinese language — fact and fantasy*, editado em 1984, foi um trabalho muito importante para o desenvolvimento e continuação da defesa das ideias foneticistas de Boodberg, Chao, Kennedy e outros. Trata-se de um ambicioso trabalho retórico que teve a explícita intenção de dismantelar os “mitos” na língua chinesa (falada e escrita), resultante, na concepção de DeFrancis, de séculos de equívocos no conhecimento sobre a China e sua linguagem. Ao apresentar o chinês o autor afirmou explicitamente: “A fala é primária, a escrita é secundária” (DeFRANCIS, 1984, p.37). Da mesma forma que Boodberg, DeFrancis se apresentou como um linguista e sinólogo, alguém que estudou o chinês com a “ciência da linguagem” em mente. Seus argumentos foram expostos de forma didática e mostraram seu inequívoco compromisso com uma linguística científica. Municiado de tal autoridade, DeFrancis rejeitou enfaticamente o que não se conformava com suas visões sobre a língua chinesa, rotulando-os como “mitos”, contra os quais argumentou apresentando seus “fatos.” Como escreve Lurie (2006, p.262): “a ligação entre a insistência na estreita natureza fonográfica da escrita e a natureza

científica da linguística enquanto disciplina é também uma marca da Crítica do Mito Ideográfico”.

Desta forma o foneticismo apoiou-se e deu apoio ao processo de consolidação de uma ciência da linguagem como disciplina acadêmica que identificou na fala seu objeto primário de estudo. Em contrapartida, a ideografia (o semanticismo) ficou cada vez mais com uma imagem indelevelmente manchada pelas visões “místicas” e ultrapassadas que marcaram a história dos pensamentos sobre a escrita, eternamente maculada pelo seu obstáculo à tradução dos hieróglifos egípcios: “O sucesso de Champollion no deciframento da escrita egípcia se deve ao reconhecimento do seu aspecto fonético” (DeFRANCIS, 1984, p.136). Nesta passagem o autor americano vinculou o destino de dois sistemas de escrita totalmente não relacionados (o egípcio e o chinês) como argumento retórico para impedir que o semanticismo também pudesse bloquear o “deciframento” da “verdadeira” escrita chinesa. Esta abordagem foi utilizada em grande parte dos trabalhos de divulgação sobre a escrita chinesa nas últimas décadas. Mesmo textos mais equilibrados recorrem a este argumento: “[...] alguns oponentes modernos da ideografia levantam polêmicas, como talvez convenha como resposta ao *misticismo* que se intromete na filologia objetiva” (BRANNER e FENG, 2011, p.92, meu grifo).

Um debate semelhante àquele entre Creel e Boodberg ocorreu na década de 1990 entre Chad Hansen e J. Marshall Unger. Hansen, atualmente professor de filosofia chinesa na *University of Hong Kong* novamente ocupa o lugar do “estranho”, o “não-linguista” que não oferece, assim como Creel, um quadro disciplinar claramente circunscrito. Seu texto *Chinese Ideographs and Western Ideas* de 1993 foi violentamente atacado por Unger – professor emérito de japonês da *Ohio State University* e coautor de livros junto com DeFrancis – em artigo no *Journal of Asian Studies*, com vituperações tais como ilustrado na passagem a seguir:

a qualidade da erudição de Hansen é tão baixa que eu sinto que alguém deve chamar a atenção aos leitores que não são especialistas em linguística acerca dos fatos e fontes que Hansen falha em citar (UNGER, 1993, p.949).

A resposta de Hansen a Unger, publicado no mesmo *Journal of Asian Studies*, ofereceu uma proposta para procurar lidar com “perspectivas radicalmente diferentes dentro de uma comunidade acadêmica interdisciplinar” (HANSEN, 1993b, p.954). Este tipo de abordagem, entretanto tem gerado uma receptividade restrita na comunidade sinológica.

Um ano após a polêmica entre Hansen e Unger, em 1994, William G. Boltz, aluno de Boodberg, escreveu o livro *The Origin and Early Development of the Chinese Writing System*, que rapidamente se tornou uma referência nos estudos de escrita chinesa. Boltz, talvez de uma maneira ainda mais incisiva e dogmática que seus antecessores, afirmou que um caractere chinês jamais poderia intencionalmente ter sido criado sem que pelo menos um de seus constituintes gráficos tivesse um importe fonético (BOLTZ, 1994, p.72). Essa postura representa o que podemos chamar da “hipótese forte do foneticismo” aplicada à escrita chinesa, pois desacredita a possibilidade de um composto puramente semântico em chinês, incluindo aqueles mais iconicamente marcados. A teoria de Boltz sobre a escrita chinesa pressupõe o que o autor batizou de *séries fonofóricas*, constituídas por caracteres organizados em famílias hipotéticas com pronúncias e compostos gráficos relacionados. Assim como Boodberg, Boltz argumentou que nas fases iniciais históricas da escrita na China o aspecto polifônico e polissêmico de seus gráficos teria levado à necessidade de algum tipo de indicação fonética como desambiguador nos caracteres, agindo então como um mecanismo de *rébus*.

A tese de Imre Galambos da Universidade de Budapeste de 2006 intitulada *Orthography of Early Chinese Writing: Evidence from Newly Excavated Manuscripts* ilustra já no século XXI a continuidade do partido teórico de Boodberg, DeFrancis, Unger e Boltz sobre a escrita chinesa até os tempos atuais. Assim como seus antecessores, o autor húngaro procurou examinar cuidadosamente as evidências arqueológicas das fontes chinesas, ou seja, aquelas em textos anteriores à reforma da escrita na dinastia *Qín*. Galambos mergulhou na aparente anarquia de dezenas de alógrafos dos caracteres pré-*Qín* nos textos chineses em busca de alguma regularidade e concluiu que a necessária regularidade jaz onde DuPonceau já a teria previsto 150 anos antes: “De modo a evitar a confusão devida à variação nas estruturas dos caracteres, eu cheguei à solução que a identidade de um

caractere esteve baseada na palavra que ele representa na escrita” (GALAMBOS, 2006, p.78). Em outras palavras, a individuação do significante gráfico estaria apoiada sobre sua identificação com a continuidade da palavra falada no chinês do seu tempo. Tal afirmação constitui-se uma das mais explícitas defesas do foneticismo chinês e da heteronomia da escrita chinesa desde suas origens mais remotas.

O exame das múltiplas formas de caracteres em textos que pré-datam as dinastias *Qín* e *Hàn* teria dado evidência, na interpretação de Galambos, da inexistência de qualquer “forma preferencial” (ou prototípica), porém – seguindo os passos daqueles que estudaram a escrita chinesa desde o século XVII – Galambos também caçou regularidades e identificou padrões que levassem à “retenção do elemento fonético” e que “reforçassem a prioridade da língua falada (som) sobre a escrita (forma visual), uma conexão facilmente perdida quando lidamos com a escrita chinesa” (*Ibid.*, p.3). O autor continua:

Ao contrário, [devemos] partir da ideia de que a escrita é representação gráfica da língua [falada], precisamos comparar as formas dos caracteres com base nas palavras as quais estas formas deveriam representar em cada contexto. A palavra provê um ponto de referência sólido independente dos atributos gráficos de uma certa palavra [grafema]. (GALAMBOS, 2006, p.65)

Se adotarmos o partido teórico de Galambos, em consonância com as ideias de Boltz, a primazia da representação fonética nos caracteres nos levaria necessariamente a postular a centralidade da pesquisa fonológica do chinês arcaico para os estudos sobre a escrita chinesa: saber como eram pronunciadas as palavras no chinês antigo e arcaico possibilitaria aos pesquisadores mensurar o grau de representatividade da fala nos caracteres escritos de seu tempo. A despeito de sua plausibilidade, esta não deixa de configurar-se uma situação algo paradoxal. Se a indicação fonética tivesse sempre sido uma necessidade imprescindível nos primeiros sistemas de uma escrita completamente desenvolvidos da China – tal como argumentam Boodberg, Boltz e outros – como ela poderia ser viável nos dias de hoje, uma vez que grande parte desta representação fonética foi

perdida após as enormes variações fonológicas diacrônicas do chinês falado? Em outras palavras, como funciona a escrita chinesa hoje?<sup>15</sup>

Voltando ao longo artigo de Boltz, o autor reconhece explicitamente a diferença diacrônica na representação fonética dos caracteres chineses e não se utiliza de indícios de ordem psicolinguística em sua análise. Sua argumentação está centrada na chamada “teoria cripto-fonética” da estrutura do caractere chinês que, em linhas gerais, enquanto pressupõe que a representatividade fonética dos caracteres sempre teria existido, teoriza que ela inevitavelmente se perdeu com o tempo e não mais pode ser claramente identificada nas leituras posteriores dos caracteres. Esta teoria aparece como uma justificativa para a hipótese fonética forte de que não haveria nenhum caractere chinês desprovido de representação fonética, uma vez que simplesmente tal representação seria recuperável através de um trabalho que mistura métodos de linguística histórica com as grafo-etimologias dos caracteres chineses. Todavia, uma vez que as reconstituições é que oferecem evidência à própria representação, parece claro que a “teoria cripto-fonética” e a “hipótese da protoforma” (parte da proposta de Boltz)<sup>16</sup> são ambos de “difícil contradição”, uma vez que elas basicamente estipulam formas de representação que não podem ser provadas ou falsificadas (BRANNER e FENG, 2011, p.87).

Mostrando semelhanças aos debates destacados acima entre partidários do semanticismo e do foneticismo, situa-se a crítica ao artigo de Boltz escrita por Françoise Bottéro em 1996, que apresentou uma visão mais ponderada sobre os princípios do foneticismo, em que a autora pondera que “as coisas não são tão claras como Boltz as descreve” (BOTTÉRO, 1996, p.575). Bottéro chama a atenção para as fases iniciais na escrita chinesa, quando a codificação fonética ainda não estava presente nos caracteres e prefere qualificar a questão da polifonia neste momento formativo, de central importância para Boltz. Finalmente, desacredita a “forte hipótese foneticista” de Boltz, ou seja, de que não haveria caracteres sem indicação fonética. Ainda que a autora francesa em linhas gerais outorgue lucidez ao artigo de Boltz e uma “noção excelente e precisa sobre o sistema de escrita chinês” (*Ibid.*, p.577), percebe-se em seu artigo e outros textos seus (BOTTÉRO, 2006) um foneticismo “mais moderado”, que evita as

afirmações dogmáticas tão frequentes inequívocas entre os trabalhos de foneticistas como Boltz, DeFrancis ou Unger.

## 5. Estudos alternativos ao foneticismo

O foneticismo, como vimos acima, permanece, em suas diferentes matizes, pujante e assume um papel protagonista na pesquisa sinológica contemporânea. Há, todavia, linhas de pesquisa que procuram outras alternativas a esta abordagem dominante, embora polêmicas diretas, tais como vimos entre Creel X Boodberg e Hansen X Unger sejam menos comuns.

Não é o objetivo deste artigo a apresentação técnica detalhada dos argumentos dos foneticistas e seus adversários. Este também não é o lugar para se discutir os trabalhos teóricos realizados sobre os muitos aspectos da escrita, não só em relação à fala, mas também à cultura, a sociedade e a cognição. Seguindo a abordagem histórico-descritiva do artigo, procuramos aqui sugerir também a perspectiva de alguns autores que proponham alternativas à dicotomia *moderno foneticismo X antiga ideografia* (ou semanticismo).

Uma das fragilidades na abordagem foneticista sobre a escrita chinesa estaria em desconsiderar em grande parte o papel protagonista que teve a indicação semântica nos caracteres ao longo da história dos estudos chineses sobre a escrita, subordinando seus aspectos fonéticos, o que se refletiu na pobreza de uma fonologia não autóctone na história chinesa. Como Branner e Feng escrevem:

Estudos [na China] relacionando o som à forma dos primeiros sistemas de escrita começaram no século XIX. O mais antigo glossário chinês, o *Erya* 爾雅, nada diz sobre a forma escrita e parece ter sido redigido sem levar em consideração o fato óbvio (para nós) que alguns caracteres representem mais de uma palavra com mais de uma pronúncia e significado (BRANNER e FENG, 2011, p.86).

Portanto, não nos surpreende que encontremos entre os sinólogos com uma abordagem historicista bem como entre os estudiosos

nativos chineses a maior concentração daqueles que se opõem às ideias de um foneticismo extremo aplicadas para a escrita chinesa:

a maior parte dos falantes nativos, bem como muitos sinólogos e asianistas rejeitam a maneira categórica como a universalidade dos princípios fonéticos é por vezes afirmada por seus partidários (BRANNER e FENG, 2011, p.92).

Pode-se argumentar, portanto, que os estudos com o foco mais generalista sobre a cultura chinesa tendem a dar mais destaque ao semanticismo e à indicação semântica nos caracteres chineses. Autores como Marcel Granet (1934), Richard Wilhelm ([1950]1997), Jacques Gernet (1985) e Derk Bodde (1991) escreveram sobre a íntima relação entre a cultura chinesa e sua escrita e sobre a maneira como os aspectos gráficos particulares da escrita chinesa tornaram-se constitutivos da sua visão de linguagem e estética.

A palavra, em chinês, é algo totalmente diverso de um signo que sirva para a notação de um conceito. Não corresponde a uma noção cujo grau de abstração e generalidade se faça questão de fixar de maneira tão definida quanto possível. Ela evoca um complexo definido de imagens particulares [...] (GRANET, [1934]1997, p.34)

Jacques Gernet (1982) discutiu as estratégias linguísticas utilizadas pelos missionários jesuítas na China, bem como o impacto resultante de seu trabalho nesta cultura. Gernet, assim como outros autores, destaca que “a originalidade do pensamento chinês [é] evidente a cada momento” (GERNET, 1985, p.239). Ele considera que a dificuldade em expressar ideias cristãs em chinês seria resultante da alteridade extrema não só cultural, mas também linguística, e cita o famoso linguista Émile Benveniste em uma afirmação que nos remete à hipótese relativista de Sapir-Whorf: “Só podemos compreender o que já foi devidamente ajustado dentro da estrutura de uma língua” (*Ibid.*, p.240). A falta de declinação gramatical, a complexidade das relações lexicais, a extrema brevidade de textos clássicos chineses, etc.; tudo apontaria, de acordo com Gernet, para o “significado relacional”, tão típico do pensamento e da língua chinesa. E a natureza da escrita

chinesa ocupa uma posição central e fundamental na intrincada relação entre linguagem e pensamento na China clássica.

À guisa de contraexemplos sobre a visão foneticista predominante, podemos considerar trechos de obras de alguns linguistas e sinólogos que recusaram a tese de que a escrita chinesa seria fundamentalmente baseada em uma representação fonética:

[...] o fato de que a unidade linguística sobre a qual todo o sistema da escrita chinesa está construída é o morfema [e não o som] está além da qualquer dúvida (KRATOCHVIL, 1968, p.157).

Vimos que, embora muitas palavras emprestadas sejam ortografadas silabicamente, o sistema tradicional de escrita chinês é basicamente um sistema morfêmico (FRENCH 1971 apud HAAS, 1976, p.115).

[...] o sistema de escrita chinês é único entre as escritas modernas por ser baseado semântica e não foneticamente. Ou seja, cada caractere chinês [...] representa uma unidade semântica ou gramatical (LI e THOMPSON apud TANNEN, 1982, p.77).

[...] o sistema de escrita chinês é logográfico. Um grafema na escrita chinesa representa não uma unidade de pronúncia, mas um morfema, unidade mínima de significado da língua chinesa (SAMPSON, 1985, p.145).

[...] como um conceito, a escrita chinesa não depende da palavra falada; ela pode ser lida independentemente, e mesmo sem o conhecimento, da língua falada [associada] (GAUR, 1992, p.80).

A multiplicação das transcrições fonéticas das palavras estrangeiras não fez com que a escrita chinesa evoluísse na direção de um sistema silábico (ALLETON, 2008, p.127).



Em outro estudo, PING (1999, capítulo 5) argumenta de forma consistente que a escrita logográfica (ou morfêmica) chinesa leva naturalmente a uma diferenciação sincrônica entre a linguagem literária (escrita) e o vernáculo oral, um contraste claro com a propagada tendência diacrônica de divergência entre os dois meios. Embora os estudos linguísticos, principalmente nas linhas do funcionalismo, da análise textual, da análise do discurso etc., considerem fundamental o distanciamento entre língua escrita e falada, a argumentação de Ping é que há uma diferença estrutural entre os dois sistemas comunicacionais na língua chinesa que exacerba tal distanciamento.

A breve discussão acima parece apontar para algumas tendências no panorama atual das discussões sobre a “essência” da escrita chinesa. Por um lado se consolida a predominância do caráter fonético da escrita chinesa, diacrônica e sincronicamente, nos estudos linguísticos e arqueológicos sinológicos. Por outro, mantém-se viva a ideia da alteridade radical desta escrita, não apenas aparente, mas fundamental, que comparece em estudos de ordem multidisciplinar e com um viés mais “culturalista” e comparatista, representado por autores como Hansen, Granet, Gernet, Bodde mas também Roger Ames (AMES & HALL, 1998), François Jullien (JULLIEN, 2008) e outros.

## 6. Conclusões

A discussão sobre a escrita chinesa atingiu a partir do século XX um incrível nível de complexidade, envolvendo detalhes que muito ultrapassam o escopo do presente artigo. Os objetivos aqui se concentraram em delinear os principais protagonistas desta história no século XX e seus contextos de produção e, principalmente, identificar pressupostos básicos que nem sempre são expostos de maneira clara ou carecem de uma devida ênfase. Em particular, parece-nos frequentemente faltar um exame mais cuidadoso da problemática surgida pela aplicação de conceitos e técnicas modernos à análise de conhecimentos e usos tradicionais na China, alguns dos quais datam de há mais de três mil anos. Entre as principais questões podemos destacar: os limites da reconstrução fonológica do chinês arcaico<sup>17</sup>; problemas teóricos na identificação do que poderíamos chamar de “fonema” (no sentido moderno da palavra) no sistema do chinês

antigo (e conseqüentemente, o que seria um “intervalo permitido de variação” na realização fonética dos fonemas); dúvidas acerca da forma como o conhecimento fonético e fonológico teria sido aplicado na elaboração dos caracteres à época em que o sistema de escrita chinesa começou a ser sistematizado; indefinição do que seria exatamente a representação fonética na escrita chinesa hoje; e a patente resiliência da ortografia chinesa, praticamente inalterada desde a reforma na dinastia *Qin* (séc. II a.C.), mesmo diante das enormes mudanças na fonologia chinesa.

Através da apresentação dos debates no século XX em torno da língua e cultura chinesas estudados no ocidente introduzimos ao não-especialista em chinês uma amostra da argumentação teórica e do contraste interpretativo entre alguns autores-chave, asseverando-se como diferentes modos de ver o mundo e sua ordem filosófica e assim, portanto, evidenciando sintomas de distintas motivações históricas, culturais e ideológicas.

É inegável que o século passado apresentou uma enorme virada na produção e recepção do conhecimento no ocidente sobre a língua chinesa. Seus estudos foram marcados pelo estabelecimento progressivo da linguística sobre bases mais rigorosamente calcadas no método científico ocidental, que progressivamente se impôs nos círculos acadêmicos mundiais como a via *par excellence* para o saber epistemologicamente válido. Como vimos, o conhecimento sobre a China no ocidente se desenvolveu até o ponto em que foi um europeu, Karlgren, que propôs a primeira reconstrução fonológica diacrônica do chinês divorciada dos métodos tradicionais usados na China. Ao final do século XIX e início do XX também a China revolucionou seu método de conhecimento, abraçando o inegável avanço científico ocidental e renegando seu passado imperial (SPENCE, 1996) e seus autores passaram a trabalhar cada vez mais próximos de especialistas estrangeiros em uma colaboração que prossegue nos dias de hoje.

A história das representações sobre a escrita chinesa foi reescrita ao longo de uma dicotomia que contrastou por um lado a ideografia tradicional delegada ao passado retrógrado da China e ao conhecimento ingênuo e ultrapassado dos leigos, isolado do pensamento moderno; e do outro o conhecimento produzido por uma linguística da fala, que apoiou irrestritamente a fonografia universal de todos os sistemas de escrita, confirmada pelos estudos dos linguistas-

filólogos-sinólogos. Este processo, como vimos, todavia não ocorreu sem percalços e mostrou-se palco de grandes disputas ao longo do século XX, como aqui introduzimos.

O século XX começou efetivamente com o trabalho de Karlgren e Chao e suas reconstruções da fonologia chinesa segundo os novos métodos de linguística histórica comparativa praticada no ocidente. Estes métodos pressupunham a heteronomia da escrita e, em particular, a estrita dependência da escrita chinesa à sua fala subjacente, a despeito de séculos de conhecimento tradicional (na China e na Europa) que valorizaram a representação semântica dos caracteres chineses. O debate tornou-se aguerrido nas décadas de 1930/1940, tendo Creel e Boodberg como seus protagonistas principais, e o discurso foneticista foi reavivado nos anos 1980/1990 especialmente com os trabalhos de DeFrancis, Unger, Mair e Boltz e com as reconstruções do chinês médio e antigo desde Pulleyblank (1984) até Baxter e Sagart (2014). Os foneticistas viram a si mesmos como arautos de uma ciência universal que se propôs a desvendar todos os mecanismos da milenar escrita chinesa. Neste cenário, não há espaço para a ideografia como uma “escrita completa” uma vez que ela carece do suporte fundamental da fala. Estes pressupostos teóricos são tacitamente assumidos pelos sinólogos que se utilizam dos métodos mais modernos da linguística comparativa em suas reconstituições e assim são reconhecidos pelo *establishment* acadêmico linguístico (por exemplo, o livro de Baxter e Sagart de 2014 ganhou o prêmio Bloomfield da *Linguistic Society of America*).

Na argumentação foneticista a ideia de que podemos chamar de “teoria das origens esquecidas” da escrita chinesa tomou um lugar protagonista. Iludindo pesquisadores desde os jesuítas do século XVII, a tentativa de deciframento dos mecanismos da escrita chinesa levou a autores como Joseph de Prémare a recorrerem à hipótese da “amnésia” histórica dos chineses, e que acabou revivida por William Boltz, sob a nova guisa de “origem cripto-fonética dos caracteres”. A reforma da escrita dos *Qín* e a queima dos manuscritos pré-*Qín* tornou-se o espelho da queda da Torre de Babel na China. O seu reerguimento basicamente se iniciou com o imenso trabalho de Karlgren e seus seguidores, e o chinês médio e arcaico reconstruídos tornaram-se produtos da linguística científica ocidental dos séculos XX e XXI. O foneticismo tornou-se assim a marca de uma sinologia “séria”, sendo

defendido pela maioria dos autores no campo da linguística, como Bottéro, Alleton, Galambos, Branner e Baxter, conquanto suas hipóteses mais extremas sejam por vezes relativizadas pelos autores menos dogmáticos.

Todavia encontramos vias alternativas em algumas obras sobre a teoria da escrita, trabalhos com um viés mais perspectivista, como os de Hansen e Ames e Hall, bem como os de sinólogos mais “culturalistas”, tais como Gernet, Granet e Bodde. Com o pós-modernismo e a proposição de visões não representacionistas sobre a linguagem – particularmente fora do bojo da linguística formalista – a heteronomia da escrita frente a fala mantém-se sendo questionada.

De certa forma subsiste o que MUNGELLO (2013), como vimos acima, identificou no século XVIII como um abismo que se abriu à época, opondo de um lado as pesquisas cada vez mais especializadas e sofisticadas de uma sinologia em formação, e de outro um grupo formado pelos “popularizadores”, motivados pela esperança de achar na China apoio para ideias e movimentos políticos e intelectuais na Europa. A herança desta divisão refletiu-se nas diferentes facetas dos debates entre foneticistas e semanticistas, no século XX e ainda hoje. Ainda que não fazendo jus à complexidade do pensamento dos autores discutidos aqui, podemos também dividi-los heurísticamente em dois grupos.

De um lado, os sinólogos especialistas, voltados para uma análise filológica complexa, profundos conhecedores da língua clássica e escrita chinesa, arqueólogos, reconstrutores do chinês antigo e arcaico e/ ou das línguas sínicas. Estes autores, possuidores de uma enorme erudição, aplicam suas ferramentas de análise ocidentais e a metalinguagem que se origina da pesquisa científica nos moldes racionalistas do ocidente como se fossem instrumentos epistemologicamente neutros de análise.

No outro lado encontramos os “generalistas,” menos filólogos do que filósofos; aqueles que abordam a China em uma atitude de procura do “outro,” algo que, se em um primeiro momento parece nos remeter ao Orientalismo Saidiano, ao contrário, abre-se à possibilidade de um perspectivismo que pretende abordar a cultura chinesa em seus próprios termos, evitando as categorias e as dicotomias ocidentais. São estudiosos que procuram no diálogo interdisciplinar e culturalista uma alternativa à homogeneização

proposta pela universalização do método científico ocidental, questionando sua aplicação sem que haja o reconhecimento de fundamentais pressupostos morais e filosóficos implícitos.

Alguns aspectos das controvérsias discutidas aqui provavelmente jamais se prestarão a uma resolução definitiva, uma vez que um campo teórico não parece ser capaz de desqualificar ou falsificar inquestionavelmente as propostas do outro. Mais ainda, são temas que ultrapassam em muito o âmbito mais restrito da sinologia, dizendo respeito a questões centrais da linguística e da filosofia, tais como: “a linguagem restringe o pensamento?”, “Quais são as diferenças fundamentais entre a língua escrita e a falada?”, “O quanto compreendemos o que é dito/escrito em uma língua que não é nossa língua materna?”. Permanecendo como questões cruciais da filosofia da linguagem, sua existência – e a consciência desta existência – tornam o discurso e a pesquisa linguística mais rica em possibilidades e menos dogmática ou positivista. Resistindo à tentação de subscrever indiscriminadamente um ou outro lado deste debate e outorgar um lugar precisamente determinado à relação entre escrita e fala, sugerimos ouvir com cuidado as palavras de Bernard Faure sobre a escrita chinesa e o Budismo Chan, sob inspiração do livro *Le differend* de Lyotard:

Este confronto entre dois modelos ou concepções da escrita (e da oralidade) parece por vezes nos remeter a um diálogo entre surdos, ou mais ainda, a algo que Jean-François Lyotard chama de um *différend*, quer dizer, a justaposição de dois discursos que não compartilham as mesmas premissas e que portanto não podem se encontrar. A menos que [...] seja precisamente o jogo entre estes dois modelos que traga um pouco de iluminação [...] Portanto, ao continuar a utilizar a oposição escrita/oral como paradigma ideal-típico, melhor seria sem dúvida evitar lhe conferir um valor explicativo excessivo ou ver ali a descrição neutra de uma realidade sociológica. Deve-se, em todo caso, evitar desvalorizar a escrita e idealizar a cultura oral [...] (FAURE apud ALLETON, 1997, p.130-1).<sup>18</sup>

## Referências

## Fontes Primárias

BALLHORN, F. (1861). *Grammatography: a Manual of Reference to the Alphabets of Ancient and Modern Languages*. Trübner & Co: London, 1861. (versão digital, *Google Books*)

BOODBERG, P. A. (1937). “Some proleptical remarks on the evolution of Archaic Chinese”. In: *Harvard Journal of Asiatic Studies* 2: 329-372.

\_\_\_\_\_. (1940) “‘Ideography’ or ‘iconolatry’”, In: *T’oung-pao* 35: 266-288.

CALLERY, J.M. (1841). *Systema phoneticum scripturae sinicae*. Macau. (versão digital, *Google Books*)

CHAMPOLLION, J-F. (1822). *Lettre à M. Dacier relative à l’alphabet des hiéroglyphes phonétiques*. (versão digital, *BnF Gallica*)

\_\_\_\_\_. (1828). *Precis du systeme hieroglyphique des anciens Egyptiens, ou recherches sur les elemens premiers de cette ecriture sacree ... Par M. Champollion le jeune ... Avec un volume de planches*. (versão digital, *Google Books*, original Biblioteca Nacional Central de Florença)

CHAO, Y.R. (1940). “A Note on an Early Logographic Theory of Chinese Writing”. In: *Harvard Journal of Asiatic Studies*, Vol. 5, No. 2 (Jun., 1940), p. 189-191.

CREEL, H.G. (1936). “On the nature of Chinese ideography”, In: *T’oung Pao* 32: 85-161.

\_\_\_\_\_. (1938a). “On the ideographic element in Ancient Chinese”, In: *T’oung Pao* 34: 265-294.

DE PRÉMARE, J. M. H. (1720). *Notitia Lingua Sinicae*. Malaga, 1831. (Edição em inglês de 1847, Cantão) (versão digital, *Google Books*)

DUPONCEAU, P. S. (1838). *A Dissertation on the Nature and Character of the Chinese System of Writing*, Philadelphia. (versão digital, *Google Books*)

FOURMONT, É. (1742). *Linguae Sinarum Mandarinicae hieroglyphicae grammatica duplex, latinè, & cum characteribus Sinensium*. [...] Paris. (versão digital, *Bayerische Staatsbibliothek, München*)

GELB, I.J. (1963). *A study of writing*. University of Chicago Press.

KARLGREN, B. (1918). *Ordet och Pennan i Mittens Rike*. Adapted in 1923 *Sound & Symbol in Chinese*. London: Oxford University Press. Edição fac-símile re-impressa em 2007, Global Language Press, Toronto.

\_\_\_\_\_. (1940). *Grammata Serica Recensa*. Reedição do The Museum of Far Eastern Antiquities, bulletin 29, Stockholm, 1957.

KIRCHER, A. (1667). *La Chine d'Athanase Kirchere* [...]. Amsterdam. (Edição em francês de 1670) (versão digital, *Google Books*)

RÉMUSAT, A. (1822). *Elements de la grammaire chinoise*. Paris, Imprimerie Royale. (versão digital, *Google Books*)

TAYLOR, I. (1883). *The Alphabet. An Account of the Origin and Development of Letters*. L.L.D. 2 vols. London.

#### Fontes Secundárias

ALLETON, V. (1994). L'oubli de la langue e l''invention' de l'écriture chinoise en Europe. In: *Études Chinoises*, vol. XIII, n. 1-2, printemps-automne.

\_\_\_\_\_. (org) (1997). *Paroles à dire, parole à écrire*. Paris: Édition de l'école des hautes études en sciences sociales.

\_\_\_\_\_. (2010). *Escrita Chinesa*. L&PM Pocket Encyclopedia.

AMES, R. & HALL, D. (1998). *Thinking from the Han*. State University of New York Press.

AUROUX, S. (1995). *Histoire des Idées Linguistiques (tome 1)*. Liège: Pierre Mardaga Editeur.

\_\_\_\_\_. (1995b). *Histoire des Idées Linguistiques (tome 2)*. Liège: Pierre Mardaga Editeur.

\_\_\_\_\_. (2000). *Histoire des Idées Linguistiques (tome 3)*. Liège: Pierre Mardaga Editeur.

\_\_\_\_\_. (2004). *La Philosophie du langage*. Paris: Ed. Presses Universitaires de France.

ARISTÓTELES. De Interpretatione. (2000). In: *Ontologia e Predicação em Aristóteles*, Lucas Angioni (introdução, tradução e comentário), coleção Textos Didáticos no 41, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

- BARROS BARRETO, C. M. (2011). *Pensares sobre a escrita chinesa*. Dissertação de Mestrado Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.
- \_\_\_\_\_. (2015). *Translation and metalanguage in Laozi: a perspectivist approach*. Tese de Doutorado, PUC-RJ.
- BAXTER, W. (1992). *A Handbook of Old Chinese Phonology*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- BAXTER W.; SAGART L. (2014). *Old Chinese: a new reconstruction*. Oxford University Press.
- BOLTZ, W. (1994). *Origin and Early Development of the Chinese Writing System*. New Haven, American Oriental Series, vol 78.
- BOTTÉRO, F. (1996) Review of The Origin and Early Development of the Chinese Writing System, by William Boltz. In: *Journal of the American Oriental Society* 116.3.
- BOTTÉRO, F. (2011). *Écriture et Linguistique Autochtone en Chine*. Paris: EHESS.
- BOTTÉRO, F.; DJAMOURI, R. (2006). *Écriture chinoise: données, usages et représentations*. Paris: EHESS.
- BOTTÉRO, F.; HARBSMEIER, C. (2008). “The Shuowen Jiezi Dictionary and the Human Sciences in China”. In: *Asia Major*, third series, Vol. 21, No. 1, pp. 249-271,.
- BRANNER, D; Li FENG. (org) (2011). *Writing and Literacy in Early China*. Seattle: University of Washington Press.
- DANIELS, P. (1990). “Fundamentals of Grammatology”. In: *Journal of the American Oriental Society* 110: 727-731.
- DANIELS, P; BRIGHT, W. (1996). *The World’s Writing Systems*. Oxford University Press.
- DeFRANCIS, J. (1984). *The Chinese Language: fact and fantasy*. Honolulu: University of Hawai’i Press.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Visible Speech: the diverse oneness of writing systems*. Honolulu: University of Hawai’i Press.
- DERRIDA, J. ([1967]2004). *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva.
- DIRINGER, D. ([1962]1985). *A Escrita*. Rio de Janeiro: Editorial Verbo.



- GALAMBOS, I. (2006). *Orthography of Early Chinese Writing: evidence from newly excavated manuscripts*. Budapest Monographs in East Asia Studies.
- GAUR, A. (1992). *A History of Writing*. New York: Crossriver Press.
- GERNET, J. (1985). *China and the Christian Impact*. Cambridge University Press.
- GRANET, M. ([1934]1968). *O Pensamento Chinês*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- HAAS, W. (org) (1976). *Writing without letters*. Manchester University Press.
- HANSEN, Chad. (1993). “Chinese Ideographs and Western Ideas”. In: *The Journal of Asian Studies*, Vol. 52, No. 2, p. 373-399.
- \_\_\_\_\_. (1993b). “Communications to the editor”. In: *Journal of Asian Studies* 52 (4), 954–957.
- HARRIS, R.; TAYLOR, T. (1997). *Landmarks in Linguistic Thought*, volume 1. London and New York: Routledge.
- HARRIS, R. (1986). *The Origin of Writing*. London, Duckworth.
- HOOKER, J.T. (org) (1990). *Reading the Past: ancient writing from cuneiform to the alphabet*. University of California Press: Los Angeles.
- HUDSON, N. (1994). *Writing and European Thought – 1600-1830*. Cambridge University Press.
- KENNEDY, G. (1951) “The Monosyllabic Myth”. In: *Journal of the American Oriental Society*, Vol. 71, No. 3 (Jul. - Sep., 1951), p.161-166.
- KRATOCHVIL, P. (1968). *Chinese Language Today : Features of an Emerging Standard*. London: Hutchinson University Library.
- JULLIEN, F. (2008). *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- LEE, T. H. C. (1991). *China and Europa: images and influences on sixteenth to eighteenth centuries*. The Chinese University Press.
- LEPSCHY, G. (org) (2014). *History of Linguistics vol 2: Classical and Medieval Linguistics*. Routledge.
- \_\_\_\_\_. (org) (2014b). *History of Linguistics vol 3: Renaissance and Early Modern Linguistics*. Routledge.
- LI, W. (2009). *Chinese Writing and Calligraphy*. Latitude 20 Book, University of Hawai’i Press.

- LURIE, D. (2006). "Language, writing, and disciplinarity in the Critique of the 'Ideographic Myth': Some proleptical remarks". In: *Language & Communication* 26, p. 250-268.
- MAIR, V. (2002). "Sound and Meaning in the History of Characters: Views of China's Earliest Script Reformers". In: ERBAUGH, M. (org). *Difficult characters. Interdisciplinary studies of Chinese and Japanese writing*.
- MORPURGO DAVIES, A. (org) (2014). *History of Linguistics vol 4: Nineteenth-Century Linguistics*. Routledge.
- MUNGELLO, D. E. (1985). *Curious Land: Jesuit accomodation and the origins of sinology*. University of Hawai'i Press.
- \_\_\_\_\_. (2013). *The Great Encounter of China and the West, 1500-1800*. London: Rowman & Littlefield.
- NANCY, J-L. (1993[1998]). *The Sense of the World*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- NORMAN, J. (1988). *Chinese*. Cambridge University Press.
- OLSON, D. R. (1993). "How Writing Represents Speech". In: *Language & Communication*, v. 13, n. 1, pp.1-17.
- O'NEILL, T. M. (2016). *Ideography and Chinese language theory: a history*. De Gruyter.
- PING Li; LI Hai Tan; BATES, E; TZENG, O J.L. (org) (2006). *The Handbook of East Asian Psycholinguistics*. Cambridge, Cambridge Uunversity Press.
- POPE, M. (1999). *The Story of Decipherment: From Egyptian Hieroglyphs to Maya Script*. London: Thames & Hudson.
- PORTER, D. (2001). *Ideographia: The Chinese Cipher in Early Modern Europe*. Stanford.
- PULLEYBLANK, E. (1984). *Middle Chinese: A Study in Historical Phonology*, Vancouver: University of British Columbia Press.
- SAID, E. (1977) *Orientalism*. London: Penguin.
- SAMPSON, G. (1985). *Writing systems: A linguistic introduction*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- SAUSSY, H.; STALLING, J. e KLEIN, L. (orgs.) (2008). *The Chinese Written Character as a Medium for Poetry: a critical edition written by Ernest Fenollosa and Ezra Pound*. New York: Fordham University Press.
- SCHUESSLER, A. (2007). *ABC Etymological Dictionary of Old Chinese*. Honolulu: University of Hawai'i Press.

- SPENCE, J. (1996). *Em Busca da China Moderna*. Ed. Companhia das Letras.
- TANNEN, D. (org) (1982). *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. Norwood: Ablex Publishing Co.
- TONG, Q.S. (2008). “Between knowledge and ‘plagiarism’ or, how the Chinese language was studied in the West”. In: *Language Sciences* 30 (2008) 499–511.
- UNGER, J M. (1990). “The Very Idea. The Notion of Ideogram in China and Japan”. In: *Monumenta Nipponica*, Vol. 45, No. 4 (Winter, 1990), p.391-411.
- \_\_\_\_\_. (1993). “Communications to the editor”. In: *Journal of Asian Studies* 52 (4), p.949–954.
- WAI-LIM Y. (1969). *Ezra Pound’s Cathay*. Princeton University Press.
- WANG, W. S.-Y. & C. SUN. (2005). *The Oxford Handbook of Chinese Linguistics*. Oxford University Press.
- WANG L. 王力 (2005) *Zhongguo Yuyan Xueshi* 中国语言学史. 上海 : 复旦大学出版社 (*Shanghai: Fudan Daxue Chubanshe*) (História da Linguística na China: Shanghai, Editora da Universidade Fudan)
- WILHELM, R.; BAYNES C. ([1950]1997). *The I Ching, or Book of Changes*. Princeton University Press.
- WITTGENSTEIN, L. (2009) *Philosophische Untersuchung – Philosophical Investigations*. Trad: ANSCOMBE, G.E.M, HACKER, P.M.S e SCHULTE, Joachin. Wiley-Blackwell.
- WRIGHT, G. H.; ANSCOMBE, G. E. M. (org) (1998). *The Collected Works of Wittgenstein*. Blackwell.
- ZHANG L. (1998). *Mighty Opposites*. Stanford University Press.
- ZHIQUN C. (2008). “Ideographic versus Phonetic: A Debate over the Nature of Chinese writing in the 1930s”. In: *Chinese Studies Review*, no. 1, vol. 3, May 2008.

**Palavras-chave:** escrita, história das ideias linguísticas, chinês

**Keywords:** writing, history of the linguistic ideas, Chinese

## Notas

\* Pós doutorando, Universidade Federal Fluminense/CNPq. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (152017/2016-0).

<sup>1</sup> O termo “ocidente” aqui utilizado não objetiva minimizar ou essencializar a história e culturas de nenhuma das regiões correspondentes às áreas de influência das línguas Indo-Europeias e da cultura chinesa no extremo-orient. Há certamente uma forte tendência dos estudiosos na Europa em ver a China como uma entidade monolítica, o mesmo se aplicando à própria Europa e o “mundo ocidental.” Para maiores informações, veja-se NANCY (1997, p. 6), NORMAN (1988, p. 16), ZHANG (1998), AUROUX (1995, cap. VI, seção 1) e PORTER (2001).

<sup>2</sup> Para introduções sobre a escrita chinesa, veja-se LI (2009), ALLETON (2010) ou BARROS BARRETO (2011).

<sup>3</sup> Para maiores detalhes, veja-se BARROS BARRETO (2011). Para uma discussão histórica detalhada das visões sobre a escrita na Europa no período formativo do conhecimento sobre a China, veja-se HUDSON (1994).

<sup>4</sup> O termo “gramatologia” tem várias acepções e seu uso por Derrida no texto homônimo de 1967 é particularmente influente. Aqui ele está empregado de uma forma mais geral, ou seja, “estudo dos sistema de escrita no mundo.” DANIELS (1990) nos mostra que I.G. Gelb primeiro utilizou-se deste termo no seu prestigioso *Study of Writing* de 1952.

<sup>5</sup> A discussão sobre a representação fonética ou semântica na escrita não está todavia restrita ao chinês e há outros exemplos de sistemas de escrita, como o sumério, a escrita asteca, a egípcia e a maia com algum tipo de importe semântico em certos caracteres. Todavia o chinês tem características marcantes e únicas, como sua notável resiliência e uso difundido, ainda hoje ou até um passado recente, em outras línguas faladas.

<sup>6</sup> A fonte maior de inspiração para uma alternativa que podemos chamar de perspectivista está nos textos do chamado “segundo Wittgenstein,” aquele da obra “Investigações Filosóficas” (WITTGENSTEIN, 2009; WRIGHT e ANSCOMBE, 1998). Para maiores detalhes de uma leitura Wittgensteiniana do pensamento clássicos chinês, veja-se BARROS BARRETO (2015).

<sup>7</sup> Conforme LURIE (2006), PORTER (2001) e ZHIQUN (2008), entre outros.

<sup>8</sup> Alguns analistas preferem entretanto destacar a crescente suspeição da representação fonética nos caracteres chineses, até mesmo na obra de Rémusat. Veja-se, por exemplo, O’NEILL (2016, p.5-6) para a importância que Rémusat deu para o uso fonético dos caracteres chineses.

<sup>9</sup> Outro autor também elogiado por sua abordagem foneticista foi o francês J.M Callery (1810-1862) com seu *Systema phoneticum scripturae sinicae* de 1841. Callery foi um missionário católico que fez a primeira proposta de um silabário para a escrita chinesa, com 1.040 caracteres representando fonemas na língua falada chinesa. Autores até hoje no ocidente e na China propõem diversos léxicos fonéticos para a escrita chinesa.

<sup>10</sup> As pesquisas sobre a escrita chinesa e os hieróglifos egípcios cruzam-se na pesquisa de Champollion. O'NEILL (2016, p. 6-7) mostra como alusões de Rémusat sobre a indicação fonética presente nos caracteres chineses teria influenciado Champollion a procurar a via da representação fonética nos hieróglifos, o que acabou quebrando a barreira para o seu deciframento. Veja-se também POPE (1999, p. 66-71). Peter DuPonceau, visto acima, também trocou cartas com Champollion (O'NEILL, 2016, p.8).

<sup>11</sup> Para uma detalhada discussão sobre o debate entre Creel e Boodberg, veja-se ZHIQUN (2008).

<sup>12</sup> A lista a seguir foi desenvolvida a partir das propostas em ZHIQUN (2008, p.14).

<sup>13</sup> Ou seja, aquele caractere que não teria qualquer indicação de pronúncia, mas seria formado por um ou mais indicadores semânticos (de origem picto- ou ideográfica). Como vimos acima, na tradição chinesa estes caracteres foram chamados de *huiyi* 會意.

<sup>14</sup> Assim como Boodberg, Gelb, um assiriologista de renome, foi também presidente da *American Oriental Society*, servindo entre 1965 e 1966.

<sup>15</sup> Estudos psicolinguísticos analisaram a leitura dos caracteres chineses em situações de uso procurando avaliar mecanismos de ativação fonológica durante o processo de leitura (PING et al, 2006, capítulos 6, 7, 9, 15-17, 21). Todavia tais estudos partem de pressupostos específicos e não podem avaliar de que forma esta leitura mudou diacronicamente. Deve-se notar entretanto que mesmo que a chamada “ativação fonética” seja identificada nos processos de aquisição e leitura dos caracteres por chineses nativos e estudantes da língua, tais processos não outorgam à representação fonética na escrita chinesa um papel monopolista, ou mesmo prioritário, particularmente dentro de outros contextos históricos.

<sup>16</sup> Essa hipótese é utilizada para decifrar os grafemas chineses antigos baseados nas palavras que eles representam no chinês atual. Em outras palavras, ela assume a estabilidade do referente. Veja-se também BRANNER e FENG (2011, p.109-116).

<sup>17</sup> Os trabalhos padrões da fonologia do chinês arcaico hoje são BAXTER (1992) e BAXTER e SAGART (2014). Uma reconstrução alternativa que opõe mais restrições às hipóteses de Boltz e é menos assertiva em suas hipóteses é SCHUESSLER (2007). De qualquer forma, todos os autores – em particular Schuessler – reconhecem as limitações inerentes à reconstrução da fonologia do chinês antigo e arcaico a partir dos dados arqueológicos e filológicos disponíveis. Veja-se também WANG e SUN (2005, capítulo 5).

<sup>18</sup> No original: “Cette confrontation de deux modèles ou conceptions de l’écriture (et de l’oralité) semble parfois relever du dialogue de sourds, ou plutôt de ce que Jean-François Lyotard appelle un *différend*, c’est-à-dire la juxtaposition de deux discours qui ne partagent pas les mêmes prémisses et ne peuvent donc se rencontrer. À moins que [...] soit précisément le jeu entre ces deux modèles qui apporte un peu de clarté [...] Dès lors, tout en continuant d’utiliser l’opposition écrit/oral comme paradigme idéal-typique, mieux vaut sans doute éviter de lui conférer trop de valeur explicative et d’y voir la description neutre d’une réalité sociologique. Il faut en tout cas se garder de dévaluer l’écriture et d’idéologiser la culture orale [...]”